A INTRODUÇÃO DO CONHECIMENTO FORMAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A AVALIAÇÃO SEM PONTO DE CHEGADA: ALARGANDO CAMINHOS NA PRÁXIS EDUCATIVA

Autoras: Me. Rúbia Mara Pimenta de Carvalho e Castro[1], Dra. Ana Cabanas[2]

[1]Universidade Estadual de Minas Gerais, Av. São Paulo, nº 3996, Vila Rosário, 32400-000, Ibirité-MG, Brasil, rubia.mapi@gmail.com
[2]São Luís University, 806 Verona Street, Suite 1, Kissimmee, Florida 34741, USA, anakabanass@gmail.com

Resumo
Este estudo problematiza a introdução de conhecimentos formais na Educação Infantil a partir dos estudos sobre o desenvolvimento humano e integral e da Sociologia da Infância, articulando-se à necessidade de transformação social por meio da práxis educativa. Visa analisar como a articulação entre as múltiplas linguagens e a avaliação mediadora na Educação Infantil pode subverter a lógica da medida, fortalecendo a agência das crianças. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e caráter crítico-reflexivo. O corpus reuniu 13 pesquisas publicadas em periódicos entre 2018 e 2026, localizadas nas bases SciELO, Google Acadêmico e BDTD. Os achados foram sistematizados a partir de três eixos analíticos, diferenciando os contextos de Creche e da Pré-Escola. Os resultados demonstram que a avaliação na Educação Infantil, isenta de metas classificatórias e fundamentada na documentação pedagógica, ganha caráter formativo e atua como um recurso de resistência democrática que valoriza a autoria e o direito à infância.
Palavras-chave: Educação Infantil. Avaliação Mediadora. Agência Infantil. Transformação Social.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas. Educação.

Introdução

A organização curricular e os processos avaliativos na Educação Infantil configuram um campo de disputas conceituais, políticas, epistemológicas e pedagógicas na atualidade. Embora a legislação nacional, pautada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), assegure a indissociabilidade entre o educar e o cuidar e coloque as interações e a brincadeira como eixos estruturantes do currículo, a inserção de lógicas gerencialistas no cotidiano escolar ameaça essas conquistas históricas. Esse movimento impõe padrões universais que priorizam a matematização precoce, o letramento mecânico e a aplicação de diagnósticos padronizados para crianças de quatro e cinco anos de idade, transformando a pré-escola em uma espécie de estágio de treinamento instrumental.

Esse fenômeno de escolarização e apostilamento precoce tende a reduzir a primeira infância a uma simples etapa de preparação (*becoming*) para o Ensino Fundamental. Sob essa dinâmica, as instituições educativas adquirem um funcionamento semelhante ao de uma linha de produção em que o valor central reside na entrega de resultados mensuráveis. Esse cenário produz um efeito direto nas práticas avaliativas, que perdem a função pedagógica e formativa e adquirem uma feição excludente de classificação e triagem. No entanto, a Sociologia da Infância e as teorias do desenvolvimento humano integral afirmam a criança como sujeito de direitos e ator social no tempo presente *(being*), reconhecendo a Educação Infantil como um espaço primordial de promoção da equidade e de possibilidade de transformação social.

Pesquisas recentes têm evidenciado as contradições geradas por essa cobrança por desempenho. Estudos como os de Voltarelli, Fernandes e Lupis (2022) denunciam a consolidação de rotinas mecânicas na prática diária, chamadas de vícios pedagógicos. Da mesma forma, Maletta e Moura (2024) alertam para a impessoalidade produzida pela inserção massiva de livros didáticos e apostilas unificadas na primeira infância, enfraquecendo a mediação docente. Por outro lado, as investigações de Silva e Neves (2023) com bebês e de Santos (2022) sobre o currículo de desejos demonstram que as crianças exercem agência, criam estratégias coletivas de sociabilidade e reinventam os contextos.

Identifica-se, assim, uma lacuna acadêmica relevante: embora a literatura critique a racionalidade gerencialista e defenda o direito à infância, há carência de estudos que explorem como a prática da avaliação mediadora e a documentação pedagógica podem acontecer no cotidiano como dispositivos de resistência e transformação social diante da padronização. Questiona-se como os profissionais da educação podem ressignificar pautas e registros de acompanhamento, transformando-os em espaços de escuta da autoria infantil. O objetivo deste trabalho é analisar, por meio de uma revisão sistemática da literatura recente, como a articulação entre as múltiplas linguagens e a avaliação mediadora na Educação Infantil pode subverter a lógica da medida, fortalecendo a agência das crianças e a justiça social.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e caráter crítico-reflexivo. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se na seleção, organização e análise sistemática das produções científicas para problematizar um objeto de estudo a partir do conhecimento acumulado na área.

O levantamento bibliográfico foi realizado no período de janeiro a março de 2026, nas bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), o Google Acadêmico e o Banco de Teses e Dissertações da CAPES (BDTD). A busca foi orientada pelo uso combinado de descritores e operadores booleanos em língua portuguesa: Educação Infantil e Avaliação; Educação Infantil e Documentação Pedagógica; Avaliação e Gerencialismo; e Educação Infantil, Currículo e Resistência.

Como critérios de inclusão, definiram-se: artigos publicados em periódicos científicos revisados por pares; recorte temporal compreendido entre os anos de 2018 e 2026; aderência direta à temática da avaliação formativa, documentação pedagógica ou currículo vivido na Educação Infantil. Excluíram-se livros, capítulos de livros, trabalhos focados exclusivamente no Ensino Fundamental ou em avaliações de larga escala da gestão pública que não discutem as interações cotidianas das crianças.

A seleção realizada a partir da adoção dos critérios, resultou em 183 artigos científicos, dos quais se definiu o *corpus* 13 estudos publicados entre 2018 e 2026. Os dados e achados extraídos do *corpus* de literatura foram submetidos a uma leitura crítico-reflexiva orientada pelos pressupostos da Análise de Conteúdo categorial, cruzando os achados empíricos dos artigos com os referenciais teóricos da Sociologia da Infância (Corsaro, Sarmento e Sirota), da Psicologia Genética (Wallon), da perspectiva histórico-cultural (Souza Lima) e da avaliação mediadora (Jussara Hoffmann e Peter Moss). O procedimento estruturou os resultados em três eixos analíticos: A pressão pelo desempenho e os vícios pedagógicos; A autoria do erro criativo diante da impessoalidade tecnológica; A documentação pedagógica como dispositivo de resistência democrática e transformação social.

Resultados

O mapeamento das produções científicas selecionadas evidencia que existem tensões nas práticas pedagógicas da Educação Infantil. Sintetizam-se, no Quadro 1, 13 pesquisas selecionadas, indicando autoria, ano de publicação, foco pedagógico e os principais achados empíricos.

Quadro 1 - Síntese do mapeamento do *corpus*

(Continua)

Autor(es) Ano	Foco Pedagógico	Principais Achados Empíricos
Moro (2018)	Creche (0 a 3 anos)	Aplicação do instrumento Spring na Itália. Revela que a qualidade na Educação Infantil se constroi coletivamente como avaliação de contexto e espaço democrático
Ribeiro (2018)	Creche e Pré-Escola	Pesquisa em 125 municípios brasileiros revelando a predominância de instrumentos focados em escalas individuais de desempenho em detrimento da avaliação de contexto.

(Conclusão)

Autor(es) Ano	Foco Pedagógico	Principais Achados Empíricos
Sousa e Pimenta (2018)	Creche e Pré-Escola	Mapeamento da gestão municipal demonstrando que instrumentos de avaliação infantil são frequentemente utilizados para controle gerencial das redes.
Santos (2022)	Pré-Escola (4 e 5 anos)	Contrapõe os campos de experiência aos treinos de letramento, defendendo que o currículo deve ser movido pelos desejos de aprendizagem das crianças.
Voltarelli, Fernandes e Lupis (2022)	Pré-Escola (4 e 5 anos)	Denúncia do distanciamento entre o currículo proposto e o vivido, identificando rituais mecânicos e repetitivos nomeados como vícios pedagógicos.
Dale e Robertson (2023)	Gestão/Políticas	Análise sobre como as diretrizes de avaliação e qualidade de organismos internacionais promovem a padronização das etapas iniciais da educação.
Silva e Neves (2023)	Creche (0 a 3 anos)	Estudo com bebês comprovando a existência de lógicas próprias de organização social e sociabilidade de pares sem dependência contínua da mediação do adulto.
Ferreira e Tomás (2024)	Creche e Pré-Escola	Investigação sobre projetos artísticos demonstrando que o trabalho com as múltiplas linguagens favorece a expressão infantil e rompe com treinos instrucionais.
Gomes e Castro (2024)	Creche e Pré-Escola	Discussão sobre a avaliação na Educação Infantil, reiterando a necessidade de afastar diagnósticos de prontidão e consolidar registros processuais.
Maletta e Moura (2024)	Pré-Escola (4 e 5 anos)	Análise crítica do uso do livro didático na pré-escola, evidenciando uma impessoalidade técnica que silencia as múltiplas linguagens e a copresença.
Nedi-UFLA (2025)	Pré-Escola e Formação	Apresenta proposta curricular construída na escuta das crianças e na documentação pedagógica como alternativa aos materiais apostilados.
Silva e Oliveira (2025)	Pré-Escola	Discute praxiológicas docentes sensíveis que utilizam múltiplas linguagens para promover a justiça social sem recorrer à alfabetização mecânica.
Oliveira e Souza (2026)	Gestão e Políticas	Analisa as contradições entre os direitos da infância e as pressões neoliberais em redes municipais destacando práticas docentes de resistência.

Fonte: elaborado pelas autoras (2026)

Discussão

A análise dos resultados do mapeamento da literatura evidencia que a Educação Infantil não deve ser tratada de forma homogênea. Isto porque a Creche e a Pré-Escola possuem especificidades pedagógicas que demandam formas específicas de acompanhamento e registro. Sobre a Creche, que trabalha com bebês e crianças de zero a três anos de idade, os achados científicos sustentam que o foco do fazer pedagógico centra-se na qualidade do acolhimento, das interações cotidianas e na indissociabilidade entre o cuidar e o educar. O estudo de Silva e Neves (2023) traz uma evidência empírica sobre a agência infantil nessa etapa. As autoras demonstram que os bebês estabelecem processos ricos de socialização e interação mútua (sociabilidade de pares) por meio de múltiplas linguagens corporais e lúdicas, sem a necessidade de direcionamento constante ou controle do adulto.

Dessa forma, a avaliação na Creche afasta-se de qualquer tentativa de aferição de desempenhos acadêmicos individuais ou listagem de marcos de desenvolvimento de forma clínica. A literatura mapeada de Moro (2018) e Ribeiro (2018) revela que, na Creche, a avaliação deve constituir-se essencialmente como uma avaliação de contexto. Isso significa que o objeto da avaliação não é a performance física ou cognitiva do bebê, mas sim as condições oferecidas pelo ambiente educativo: a qualidade dos espaços, os tempos de repouso e alimentação respeitados, a variedade e acessibilidade dos materiais não estruturados e as formas de mediação afetiva oferecidas pelas professoras. O instrumento Spring citado em Moro (2018), adotado na Emilia Romagna, serve como referência desse acompanhamento coletivo, em que a documentação tem por finalidade tornar visível a dinâmica do espaço vivido e as descobertas dos bebês.

Por sua vez, a Pré-Escola, voltada para crianças de quatro e cinco anos de idade, encontra-se atualmente no centro das pressões institucionais por escolarização precoce. Os resultados do mapeamento indicam que é nesta etapa que a racionalidade gerencialista incide com maior força, introduzindo a lógica do treino de habilidades alfabéticas e motoras isoladas com o pretexto de preparar os estudantes para o Ensino Fundamental. O estudo empírico de Voltarelli, Fernandes e Lupis (2022) revela as consequências dessa antecipação curricular: a proliferação dos chamados vícios pedagógicos, rituais descontextualizados onde o tempo do brincar livre e as expressões singulares são confiscados pelo enfileiramento de carteiras e pelo preenchimento de folhas impressas de caligrafia.

Essa tentativa de normalizar o tempo da infância através do apostilamento é denunciada por Maletta e Moura (2024). As autoras comprovam que os materiais didáticos padronizados criam uma impessoalidade tecnológica na sala de aula. Eles tentam substituir a escuta sensível do docente por uma sequência linear de tarefas, reduzindo as crianças pequenas a meros executores de exercícios idênticos. Diante dessas pressões, o estudo de Santos (2022) ressalta a urgência de opor o currículo de desejos' das crianças às metas burocráticas das pautas municipais, enquanto Gomes e Castro (2024) enfatizam que a avaliação deve afastar sondagens alfabéticas e assumir caráter formativo e emancipatório.

O confronto com os referenciais teóricos fortalece a crítica à racionalidade gerencialista. A Psicologia Genética de Wallon (1975) ensina que o desenvolvimento humano se dá pela integração entre afetividade, motricidade e cognição no meio social. Tentar isolar o desempenho cognitivo representa uma simplificação do desenvolvimento. Além disso, os estudos sobre políticas educacionais de Oliveira e Souza (2026), Dale e Robertson (2023) e Sousa e Pimenta (2018) mostram como instrumentos oficiais de avaliação são, muitas vezes utilizados para o controle gerencial das redes, impondo, metas padronizadas que desconsideram as realidades locais.

Em contraposição, a perspectiva histórico-cultural de Lima (2015) demonstra que a apropriação dos sistemas de escrita é uma construção cultural que requer o desenvolvimento de funções simbólicas complexas. Não se alcança essa base por treino gráfico, mas pela vivência das múltiplas linguagens: o desenho, o gesto, o movimento, a brincadeira. Pesquisas como as de Ferreira e Tomás (2024), Nedi-UFLA (2025) e Silva e Oliveira (2025) comprovam que projetos fundamentados em práticas artísticas e praxiológicas sensíveis promovem aprendizagens significativas, ampliam a autoria das crianças e se constituem como caminhos de transformação social no cotidiano escolar.

No Brasil, a avaliação na Educação Infantil goza de um estatuto jurídico privilegiado concedido no Ar. 31 da Lei nº 9394/1996, que estabelece que a avaliação na Educação Infantil não tem objetivo de seleção, classificação, retenção ou promoção. Essa especificidade legal permite que a Educação Infantil seja o único espaço da Educação Básica onde a avaliação pode acontecer na plenitude pedagógica, como avaliação mediadora (Hoffmann, 2005), centrada em acompanhar processos para alargar caminhos, sem ponto de chegada rígido e pré-estabelecido. A documentação pedagógica surge aqui como uma práxis de liberdade e resistência democrática. Como afirma Moss (2009), compartilhar a documentação significa participar de um verdadeiro ato de democracia, substituindo a linguagem técnica da 'qualidade universal' pela linguagem da escuta e do fazer sentido. Ao documentar o cotidiano pedagógico por meio de fotos, relatórios descritivos de investigações, desenhos e transcrições das falas das crianças, a professora produz provas públicas do desenvolvimento humano ilimitado e da potência interpretativa que as crianças pequenas já possuem no presente.

Esse acompanhamento processual resgata o conceito de reprodução interpretativa de Corsaro (2011) e a agência das crianças. A avaliação deixa de ser um controle burocrático para se transformar em um espaço público de diálogo e cidadania, garantindo que o erro seja compreendido como percurso de criação e que a infância seja respeitada na dignidade presente.

Conclusão

A introdução de conhecimento formal na Educação Infantil não deve subordinar-se à antecipação de rotinas do Ensino Fundamental. O desenvolvimento infantil constitui um processo contínuo e aberto e a avaliação mediadora possibilita subverter a lógica da medida, resguardando o caráter integral da formação humana e impulsionando a transformação social.

A relevância deste estudo expressa-se na defesa da escola pública como espaço democrático, inclusivo e agente de transformação social. Diferenciar as demandas da Creche e da Pré-Escola e propor a documentação pedagógica como dispositivo de escuta oferece subsídios para que os profissionais da educação resistam a propostas padronizadas e apostiladas. A contribuição social consolida-se ao assegurar o direito da criança de viver plenamente o presente, reconhecendo a autoria e garantindo a dignidade da infância como alicerce para uma sociedade justa e emancipada.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, **estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CORSARO, W. A. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DALE, R; ROBERTSON, S. A construção de uma Agenda Globalmente Estruturada para a Educação: as categorias de avaliação e qualidade da educação para a UNESCO. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 8, p. 1-18, 2023.

FERREIRA, M. M. M.; TOMÁS, C. A. Um projeto educativo na infância: Arte por toda a parte e as várias fases do desenvolvimento. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 37, n. 1, p. 45-68, 2024.

GOMES, L. S.; CASTRO, M. R. Avaliação da aprendizagem na Educação Infantil: considerações e apontamentos. **Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 10, n.2, p. 89-108, 2024.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LIMA, E. S. **Neurociência e Currículo**. São Paulo: Inter Alia, 2015.

MALETTA, A. P. B.; MOURA, T. O uso do livro didático na educação infantil: alguns apontamentos. **Espaço Pedagógico**, v. 31, 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009, **fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 dez. 2009.

MORO, C. Diferentes olhares para a creche: a avaliação de contexto com o instrumento Spring em um município da Emilia Romagna. **Revista Linhas, Florianópolis**, v. 19, n. 40, p. 138-60, 2018.

MOSS, P. Introduzindo a política na creche: a educação infantil como prática democrática. **Psicologia USP**, v. 20, n. 3, p. 417-36, 2009.

NEDI-UFLA. **Currículo e Educação Infantil**: uma proposta curricular do Núcleo de Educação da Infância (2018-2022). Lavras: UFLA, 2025.

OLIVEIRA, R. C.; SOUZA, M. A. A Educação Infantil em tempos de redemocratização e dependência: contradições e resistências no município de Nova Iguaçu- RJ à luz da Pedagogia Histórico-Crítica. **Revista Diálogo Educacional**, v. 26, n.81, p.112-35, 2026.

RIBEIRO, B. Avaliação da aprendizagem na educação infantil: um estudo exploratório em 125 municípios brasileiros. **Revista Linhas**, v. 19, n. 40, p. 218-45, 2018.

SANTOS, S. V. S. Currículo da Educação Infantil: campos de experiência, direitos e desejos de aprendizagem. **Relato de Pesquisa**, v. 24, p. 1-18, 2022.

SILVA, E. B. T. ; NEVES, V. F. A. A construção de uma lógica na pesquisa com bebês. **Revista Diálogo Educacional**, v. 23, n. 76, p. 93-122, 2023.

SILVA, M. J. ; OLIVEIRA, K. P. Educação linguística em língua inglesa com crianças, praxiológicas docentes e possibilidades para a promoção da justiça social. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 25, n.1, p. 55-78, 2025.

SOUSA, S. Z.; PIMENTA , C. O. Avaliação e gestão da educação infantil em municípios brasileiros. **Educação e Realidade**, v. 43, n. 4, p. 1277-300, 2018.

VOLTARELLI, M. A.; FERNANDES, I. S.; LUPIS, J. Entre o proposto e o vivido: diálogos sobre o currículo e os vícios pedagógicos na educação infantil. **Debates em Educação**, v. 14, p. 283-311, 2022.

WALLON, H. **Psicologia e educação da infância**. Lisboa: Estampa, 1975.